

Arqueologia Urbana e História Local

Actas do Encontro de Homenagem a Almeida Carvalho

Joaquina Soares (Coord.)

FÓRUM INTERMUSEUS DO DISTRITO DE SETÚBAL

FIDS

ALCÁÇER DO SAL

Museu Municipal de Alcácer do Sal
Câmara Municipal de Alcácer
do Sal

SANTIAGO DO CACÉM

Museu Municipal de Santiago
do Cacém / Câmara Municipal de
Santiago do Cacém

ALCOCHETE

Museu Municipal de Alcochete
Câmara Municipal de Alcochete

AMRS/MAEDS

Associação de Municípios da Região
de Setúbal / Museu de Arqueologia e
Etnografia do Distrito de Setúbal

SEIXAL

Município do Seixal
Ecomuseu Municipal

ALMADA

Museu Municipal de Almada
Câmara Municipal de Almada

MOITA

Departamento de Acção
Sociocultural
Câmara Municipal da Moita

SESIMBRA

Museu Municipal de Sesimbra
Câmara Municipal de Sesimbra

BARREIRO

Serviços Culturais
Câmara Municipal do Barreiro

MONTIJO

Museu Municipal do Montijo
Câmara Municipal do Montijo

SETÚBAL

Museu Municipal de Setúbal
Câmara Municipal de Setúbal

GRÂNDOLA

Serviços Culturais
Câmara Municipal de Grândola

PALMELA

Museu Municipal de Palmela
Câmara Municipal de Palmela

SINES

Museu Municipal de Sines
Câmara Municipal de Sines

NOTA DE ABERTURA

Com a presente publicação, comemorativa do II centenário do nascimento de João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897), abre-se mais uma larga janela sobre a Arqueologia e História da nossa Região.

Almeida Carvalho deixou um extenso legado de Apontamentos sobre a História de Setúbal, hoje no Arquivo Distrital de Setúbal, cujos documentos originais viriam a perder-se no incêndio dos Paços de Concelho, de 1910. A sua preocupação com o registo da memória colectiva da cidade onde nasceu levá-lo-ia também a atravessar o Sado e a procurar sob as dunas de Tróia um Passado mais longínquo, a cidade de filiação romana.

Ser-me-ia impossível nesta breve nota dar uma ideia, mesmo que resumida, da vida e obra do homenageado, que Setúbal e a Região puderam revisitar através de variada e extensa programação cultural planeada e concretizada desde 11 de Março de 2017 a 9 de Março de 2018 e na qual a Associação de Municípios da Região de Setúbal desempenhou um papel relevante através do seu museu.

Congratulamo-nos, pois, pela activa participação do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS), em parceria com um variado conjunto de organismos públicos como a Câmara Municipal de Setúbal, a União de Freguesias de Setúbal, Junta de Freguesia de S. Sebastião, Arquivo Distrital de Setúbal, e associações culturais como a Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão e a Universidade Sénior de Setúbal.

Actualizar a informação, produzir conhecimento e divulgá-lo é sem dúvida a forma mais nobre de cuidarmos do nosso património, mas também uma via indispensável para a construção do desenvolvimento integrado da nossa Região.

Rui Garcia

(Presidente do Conselho Directivo da Associação
de Municípios da Região de Setúbal)

FICHA TÉCNICA

Edição

Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS)
Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS)
Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal (FIDS)

Direcção

Rui Garcia (Presidente do Conselho Directivo da AMRS)

Coordenação Editorial

Joaquina Soares

Conselho Científico

António Nabais
Carlos Marques da Silva
Carlos Tavares da Silva
João Luís Cardoso
Mário Varela Gomes
Victor S. Gonçalves
Vitor Serrão

Conselho Redatorial

Antónia Coelho-Soares
Elsa Afonso
Fátima Afonso
Fernanda Pinho
Fernanda do Vale
João Ventura
Luís Pequito
Lurdes Lopes
Maria Ana Judas
Marisol Ferreira
Michelle Santos
Miguel Correia
Sandra Coelho
Susana Duarte
Vitor Mestre

Secretariado e correspondência

Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal
Avenida Luisa Todi, 162 2900-451 Setúbal (Portugal)
Tel.: +351 265 239 265 / +351 939 553 004
E-mail: maeds@amrs.pt
Site: www.maeds.amrs.pt
Blog: www.maedseventosactividades.blogspot.com
Copyright - Direitos reservados pelos autores e MAEDS.
Interdita a reprodução de imagens.

Capa

“Natureza Morta” (garrafaria do séc. XVIII). Foto de Rosa Nunes.

Execução gráfica

Ana Castela
Paula Covas

Impressão e acabamento

Tipografia Belgráfica

Depósito Legal

450333/18

ISSN

1645-0553

Tiragem

300 exemplares
Disponível online em: <http://maeds.amrs.pt/musa.html>

Setúbal, 2018

EDITORIAL

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA. AINDA O LEITO COMUM?

O presente volume de *Musa: Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios* afasta-se formalmente, mas não na temática, do modelo até agora seguido. Nele se publicam as Actas do Encontro sobre *Arqueologia Urbana e História Local* de Homenagem ao Historiador e Arqueólogo João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897).

As actas celebram a memória de uma personalidade relevante, e renovam a aliança entre Arqueologia e História, assumindo, porém, o corte epistemológico com a tradicional subalternidade da primeira disciplina em relação à segunda. Ambos os domínios convivem agora em fraterna paridade.

Como é do conhecimento geral, a Arqueologia científica radicou as suas origens na Geologia, em Portugal no seio da Comissão Geológica, fundada em 1857 e muito particularmente nos trabalhos de Carlos Ribeiro, a quem se devem, na nossa região, a primeira carta geológica e as primeiras escavações na necrópole pré-histórica de hipogeus da Quinta do Anjo.

Carlos Ribeiro assumiu claramente estatura internacional ao liderar a reunião em Lisboa do IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-históricas em 1880.

Porém, sobretudo entre 1930 e o final da década de 1960, a Arqueologia viria a subordinar-se à História. Após a revolução democrática de 25 de Abril/74 e a institucionalização da Arqueologia como domínio autónomo, com licenciatura própria, este campo disciplinar criou alianças estratégicas com as chamadas arqueociências (ciências da natureza, física, química, genética)¹.

Superada a etapa de estagnação historicista, a Arqueologia soube, sem complexos de menoridade, ombrear “fraternalmente” com a História no estudo das sociedades humanas e suas temporalidades. Ultrapassou mesmo a sua

dedicação aos períodos de sua “exclusiva” responsabilidade ou quase (Pré-história, Proto-história e Antiguidade Clássica), para se debruçar sobre as sociedades medievais, modernas e contemporâneas. E perante algum questionamento sobre o interesse da Arqueologia da contemporaneidade, há autores que defendem uma Arqueologia contemporânea de compromisso ético: *Archaeology has a new ethical commitment: to recover evidence of the existence of the victims not just for therapeutic and juridical reasons, but for historical reasons as well. We cannot return them to life, but we can reintegrate them to the time of history from which they were expelled*” (González-Ruibal, 2016, p. 19)²

Recorrendo ao conceito-chave, específico da Arqueologia, de *tempo dos materiais* e à ideia de *heterocronologia*³, indispensável à compreensão da sobremodernidade que habitamos, vão perdendo sentido as fronteiras impostas pelas rígidas comportas que pretendem separar a Arqueologia pré-histórica da histórica ou da contemporânea; o acento tónico coloca-se no pensamento e acção arqueologicamente informados, porque na realidade trabalhamos dentro de um tempo múltiplo, desafiando ou desconstruindo realidades sociais que nos antecederam, complexas e também elas multitemporais.

Semelhante reflexão tem ocorrido na História⁴; o alargamento das suas fontes e temáticas, através de caminhos tradicionalmente pouco pisados, como a imprensa periódica ou os relatos orais de experiências vividas, ficam bem expressos neste volume.

Finalmente, na sua diversidade, a presente publicação homenageia justamente um dos mais ecléticos criadores intelectuais setubalenses de oitocentos, João Carlos d'Almeida Carvalho, cujas obra e actividade cívica continuam, volvidos quase duzentos anos, a inspirar as concepções humanistas dos nossos dias.

Joaquina Soares

(Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal)

1 - Ver a propósito: Martín-Torres, M.; Killick, D. (2015) - Archaeological Theories and Archaeological Sciences. In A. Gardner; M. Lake; U. Sommer (eds.), *The Oxford Handbook of Archaeological Theory*.

2 - González-Ruibal, A. (2016) - Archaeology and the Time of Modernity. *Historical Archaeology* 50(3), p. 144-164.

3 - Leduc, J. (1999) - *Les historiens et le temps*. Paris: Seuil.

4 - Le Goff, J. (2014) - *Faut-il vraiment découper l'histoire en tranches?* Paris: Seuil.

ÍNDICE

Nota de Abertura	03
Rui Garcia	
Editorial	05
Joaquina Soares	
No II Centenário do Nascimento de João Carlos D’Almeida Carvalho (1817-1897)	08
Horácio Pena	
Arqueologia Urbana e História Local	16
Preexistências de Setúbal. Intervenção arqueológica na Rua Arronches Junqueiro, 32-34	17
Carlos Tavares da Silva, Antónia Coelho-Soares, Susana Duarte	
Cerâmicas de paredes finas de <i>Salacia Urbs Imperatoria</i>. Recolhas de prospeção arqueológica	39
Eurico Sepúlveda, Catarina Bolila, Marisol Ferreira	
Fortificação Medieval de Setúbal. Identificação do núcleo defensivo da Ribeira ou “Castelo”	51
Joaquina Soares, Teresa Rita Pereira, Susana Duarte, Carlos Mouro	
Arqueologia urbana e o sismo de 1755. O contexto da Av. Luísa Todi, 170-178, Setúbal	79
Joaquina Soares, Susana Duarte, Carlos Tavares da Silva	
Silos de Francos e Portugueses em Vila Verde dos Francos – Alenquer	101
Guilherme Cardoso, Luísa Batalha	

O mundo numa casa. As importações no Espaço Cidadão (Palmela)	115	Atentado a Almeida Carvalho. (31 de agosto de 1855)	199
João Nunes, Eduardo Porfírio, Michelle Teixeira Santos		Albérico Afonso, Carlos Mouro	
O “Tombo da Câmara de Palmela” (séculos XIV-XIX). Da arqueologia dos documentos à arqueologia a partir dos documentos - um contributo de João Carlos de Almeida Carvalho	129	Fran Paxeco em Sesimbra	213
João Costa		João Augusto Aldeia	
Do cerimonial religioso ao aparato régio: o contributo de Almeida Carvalho para o estudo das celebrações em Setúbal na Época Moderna	141	A indústria de conservas de peixe em Setúbal durante a Grande Guerra (1914-1918): necessidades externas e ilusões transitórias	219
Maria João Pereira Coutinho		Diogo Ferreira	
A Roda dos Enjeitados	151	Notas sobre a indústria de curtumes setubalense	233
Rogério Palma Rodrigues		Carlos Mouro	
Referências literárias em acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense, de João Carlos de Almeida Carvalho	163	Antigas Quintas de Setúbal – Espaços Físicos e Sociais	245
Fátima Ribeiro de Medeiros		Pedro Fernandes	
Estado liberal e poder municipal: Almeida Carvalho e a reforma político-administrativa de 1855	179	A Importância da Memória Viva no Estudo da História Local. Uma Proposta para a sua Preservação	253
Ernesto Castro Leal		Pedro Fernandes	
O feriado municipal e a memória colectiva setubalense	187	Centenários Bocagianos, momentos de homenagem a um poeta singular (sécs. XIX-XX)	261
Carlos Mouro, Horácio Pena		António Chitas	
		“Hoje ninguém trabalha!” – Resistência operária no concelho do Seixal em 1943	271
		Fátima Afonso, Fernanda Ferreira	

A Importância da Memória Viva no Estudo da História Local

Uma Proposta para a sua Preservação

The Relevance of Living Memory in the Study of Local History.
Proposal for its Preservation

Pedro Fernandes*

RESUMO

Motivada por uma problemática recorrente em projectos que tocam as mais variadas temáticas no estudo da história local – a escassez de relatos na 1ª pessoa – esta reflexão acerca da relevância da memória viva pretende delinear uma série de esboços para um projecto que reconheça a dimensão e profundidade da questão e ofereça soluções concretas para a mesma. O presente artigo dará a conhecer o hipotético projecto “MEVI (Memória Viva) Setúbal”, uma iniciativa com o objectivo de preservar, de diversos modos e em várias dimensões, a memória viva dos setubalenses, constituindo uma base de dados de elevada relevância para os estudiosos da história local e um fundo de conhecimento de geral interesse para vários grupos da população setubalense. O hipotético MEVI teria por base um *website* no qual seriam reunidos, de várias formas, relatos e elementos visuais, os quais viriam a ser de outra forma perdidos. A descrição e exploração do hipotético projecto MEVI, desde os seus elementos ao seu funcionamento (equipa, financiamento, linhas orientadoras) pretende demonstrar que uma iniciativa desta natureza não seria unicamente possível, mas também de acentuado valor e relevância, evidenciando Setúbal como cidade pioneira na preservação da memória viva dos cidadãos.

Palavras-chave: Setúbal; História Local; Setubalenses; Memória Viva

ABSTRACT

Motivated by a recurring issue with projects that dive into diverse topics regarding local history – the lack of personal accounts – this essay on the relevance of living memory aims to put forward a series of guidelines for a project which recognizes the length and depth of the issue and which is able to propose concrete solutions for said issue. This article will introduce the hypothetical “MEVI (Memória Viva – [Living Memory]) Setúbal” project, an initiative with the goal of preserving, in several ways, the living memory of Setúbal’s population, establishing itself as a database of profound relevance for local history enthusiasts and students, as well as a knowledge fund or general interest for several of Setúbal’s population groups. The hypothetical MEVI would have a website as its base in which would be gathered, in several mediums, personal accounts and visual elements which could otherwise end up being lost altogether. The description and analysis of the hypothetical MEVI project, from its essential elements to its operational dynamics (team, financing, guidelines) hopes to demonstrate that an initiative of this nature would not only be possible, but would also hold a high degree of relevance, marking Setúbal as pioneer city in the preservation of the living memory of citizens.

Keywords: Setúbal; Local History; Setubalenses; Living Memory

* pedro_fernandes_sp@hotmail.com

A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA VIVA NO ESTUDO DA HISTÓRIA LOCAL. UMA PROPOSTA PARA A SUA PRESERVAÇÃO

Quando nos debruçamos sobre as particularidades do estudo da história local, depressa se torna aparente que uma parte tanto limitada (pela sua escala) como significativa (pelo seu valor) da mesma possui raízes na observação directa, no relato de experiências na primeira pessoa. Pensemos na relevância de obras como “Coisas de Setúbal. Prosas Regionais” de Manuel Envia e na vivacidade que apontamentos da mesma natureza imprimem a um domínio da história que, frequentemente, por falta de elementos que promovam o seu crescimento, se centra com exclusividade em redor de acontecimentos ou temas muito particulares, estabelecendo inclusive e em diversas ocasiões, um ciclo repetitivo em termos da exposição dos dados disponíveis.

A história local oferece a possibilidade de uma ligação muito mais íntima entre historiador e objecto de estudo. Como refere Samuel:

“A História Local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia mais imediata do passado. Ela é encontrada dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos.” (Samuel, 1989, p. 220).

O autor prossegue com a linha de pensamento, focando a particularidade da natureza das fontes nestes contextos, apontando igualmente que um estudioso (historiador) da história local:

“(…) terá acesso privilegiado às redes de informação que dependem da amizade e da palavra falada, às fontes não-classificadas que estão guardadas como reservas e aos homens e mulheres que são documentos vivos do passado. Ele pode acrescentar, à palavra escrita, a falada, e invocar a evidência visual do ambiente, a iconografia e ruínas domésticas.” (Samuel, 1989, p. 238).

Contudo, apesar desta atmosfera de proximidade ao objecto de estudo, a realidade da história local como disciplina limitada pelas circunstâncias é inegável. Uma vez mais, Samuel (1989, p. 222) pondera a questão, concluindo que o estudo da história local se encontra,

frequentemente, circunscrito a “um grupo de entusiastas”. Ao ponderarmos esta afirmação à luz da actual realidade setubalense, não será difícil reconhecer factualidade nas palavras do autor.

É precisamente na necessidade de uma ofensiva à tendência constatada por Samuel que o hipotético projecto que aqui procuraremos – em linhas gerais – estruturar se alicerça; torna-se essencial contrariar o carácter tendencialmente auto restritivo do estudo da história local na actualidade, promovendo a criação de novos entusiastas, democratizando a recolha e partilha de conhecimentos e embarcando numa iniciativa em larga escala de preservação da memória viva, um valor frequentemente perdido neste contexto e para o qual é determinante. Em que moldes e plataformas poderia um projecto desta natureza se desenvolver? Quais os métodos passíveis de serem aplicados para a sua manutenção e crescimento? Como garantir a viabilidade da iniciativa? De forma a encarar estas questões de um modo prático, consideremos a criação do que designaremos ao longo desta ponderação como “MEVI Setúbal” – projecto Memória (“ME”) Viva (“VI”) Setúbal.

O hipotético projecto MEVI não partindo de uma ideia original, ambicionaria contudo expandir o conceito da recolha e disponibilização de registos de memória viva (actualmente já em uso por várias instituições e pólos museológicos) de modo a enriquecer as possibilidades de estudo associados a temáticas da história local, buscando atingir uma escala que garantisse tanto uma acessibilidade universal aos conteúdos, como uma certa autossuficiência no campo da criação dos mesmos. Através do MEVI, procurar-se-ia dotar Setúbal de um método de preservação da memória viva através do registo e partilha de relatos pessoais, assegurando a disponibilidade de informações não disponíveis noutras fontes (frequentemente, informações não registadas em qualquer formato), dando origem a um ponto de contacto tanto para investigadores como para os casualmente interessados em determinados tópicos da história local e criando um fundo de memória colectiva de fácil acesso e em perpétuo crescimento e aprofundamento.

Na actualidade, a democratização do acesso à internet e o sempre crescente uso das denominadas “novas” tecnologias determina que a disponibilização de informação

faça muito mais sentido numa plataforma *online* do que em qualquer obra ou localização física. Assim, o projecto MEVI encontrar-se-ia baseado em *website* próprio, um domínio e plataforma criados para o efeito e dotados da possibilidade de adaptação e resposta ao crescimento da iniciativa. Ao aceder ao MEVI, o utilizador encontraria um *layout* semelhante ao de qualquer *website* de natureza informativa, com *links* para redes sociais nas quais o projecto se encontrasse igualmente representado e uma primeira página de destaques com conteúdo próprio e notícias referentes a iniciativas ligadas ao projecto. Contudo, a relevância do MEVI residiria nos conteúdos disponíveis nos menus de navegação. Observemos os mais relevantes.

Um dos maiores depósitos de informação no *website* do projecto MEVI residiria no arquivo. Ao seleccionar esta opção, o utilizador encontraria uma lista de nomes, organizados alfabeticamente e correspondentes às personalidades cujos percurso de vida ou relatos variados se encontrassem na plataforma. Incluir informação no MEVI poderia partir da iniciativa privada de cada utilizador da plataforma ou poderia igualmente constituir parte de um programa institucional com o intuito de incrementar o volume de informação da mesma e providenciar assistência a potenciais utilizadores cujo possível desconforto ou desconhecimento para com uso da tecnologia ditasse o afastamento destes do projecto. Adiante, debruçar-nos-emos mais demoradamente sobre considerações acerca deste tópico e das particularidades da iniciativa voluntária de participação no projecto *versus* a busca de testemunhos pela equipa do mesmo.

Imaginemos então que, como utilizadores e exploradores da plataforma MEVI, decidiríamos seleccionar um dos nomes disponíveis no mencionado arquivo; por exemplo, o Sr. “Álvaro Rodrigues”. Ao abrir a página do – também hipotético – “Álvaro Rodrigues” na plataforma MEVI, encontraríamos uma fotografia desta personalidade, assim como um texto biográfico, mais ou menos aprofundado, ancorado numa perspectiva pessoal e dinâmica, sempre evidenciando, naturalmente, a ligação da personalidade com a cidade de Setúbal e o seu enquadramento nesta. O relato de Álvaro Rodrigues, da sua vida como setubalense, não seria apenas um texto

estático na plataforma MEVI; o projecto procuraria sempre que possível estabelecer novas páginas, novos níveis de informação a partir de um relato inicial pois, mais tarde, outros utilizadores teriam a oportunidade de acrescentar a este relato, construir sobre o mesmo, completá-lo. Ao ler o texto publicado pelo utilizador Álvaro Rodrigues, poderíamos reparar, por exemplo, que este havia iniciado a sua vida profissional aos 12 anos como moço de recados na mercearia Antunes. Por ser um local passível de aprofundamento em termos de informação, a mercearia Antunes teria, a partir de então, a sua própria página na qual outros utilizadores da plataforma poderiam acrescentar as suas próprias experiências naquele local.

Contudo, a possibilidade de hiperligação na plataforma MEVI não se limitaria apenas a locais, mas também a pessoas. Imaginemos que não só Álvaro Rodrigues havia participado na iniciativa, mas também a esposa e irmãos deste, Maria Luísa Ferreira Rodrigues, António Manuel Rodrigues e Abel Rodrigues marcavam presença no arquivo do projecto, cada um com a sua página biográfica e nestas, relatos de diversos lugares e personalidades, também cada um destes com página individual dedicada. Ao fomentar a participação dos familiares no projecto, o utilizador Álvaro Rodrigues não teria apenas contribuído para o crescimento do mesmo pela inclusão de mais informações/relatos/memórias, mas ao evidenciar relações familiares deste modo muito simples e directo (interligação na plataforma), estaria igualmente a facilitar um futuro estudo genealógico; além do mais, a partilha de memória viva não se deveria cingir à memória das experiências pessoais dos indivíduos participantes no projecto, mas poderia abarcar igualmente todo um reportório de memórias familiares. Neste sentido, consideremos outra hipotética situação e interveniente.

O avô de “Carlos Xavier”, “Sebastião Maria Xavier” faleceu em 1950; este havia sido sócio de uma firma detentora de fábrica de conservas de peixe, tendo desempenhado funções como gerente dessa mesma fábrica. Carlos Xavier decide criar no MEVI uma página biográfica relativa ao avô. Aí, além dos elementos usuais: foto, dados biográficos, ligações familiares, etc., Carlos Xavier partilha o que recorda da rotina diária

do avô, nomeadamente os locais que este frequentava, onde realizava compras, com que outras personalidades setubalenses mantinha amizade, etc. Carlos Xavier partilha igualmente uma descrição do *layout* da fábrica que o avô geria, assim como elementos visuais do arquivo familiar (fotos, páginas do diário de Sebastião Maria Xavier, documentos referentes à administração da fábrica, entre outros).

A situação que teorizamos, este tipo de partilha de informação, acontece na actualidade apenas em pequena escala e contextos muito específicos, tendência que o MEVI pretenderia contrariar. Assim, informação proveniente de arquivos pessoais e familiares seria de extrema importância na atribuição de profundidade a um projecto como o Memória Viva Setúbal, fomentando uma série de ligações e dando origem a novas páginas na plataforma às quais outros utilizadores poderiam acrescentar informação e documentação. Como refere Perec (cit. em Artières, 1998, p. 9), “existem poucos acontecimentos que não deixam ao menos um vestígio escrito” e esses mesmos vestígios são essenciais à construção de uma história factual associada à memória, a qual poderá – como observamos mais adiante – não ser sempre inteiramente fiável.

Entremos novamente no domínio da imaginação e determinemos que, entre vários outros documentos, no legado do avô de Carlos Xavier podemos encontrar recibos dos Estabelecimentos de Latoaria e Oficinas de António d’Assis e do Armazém de Legumes e Vinhos de Alves Ferreira & Neves, manifestos de exportação da Societé de Conserves de Setúbal ou até uma nota de encomenda de um relógio de pulso Suíço na ourivesaria de Zacarias Pedroso. Qualquer um destes documentos não seria apenas relevante para ajudar a definir o percurso de vida e contextualização histórico-social local de “Sebastião Maria Xavier”, nomeadamente os seus hábitos e a sua relação com o meio, mas seriam igualmente suficientes para iniciar novas páginas na plataforma para cada um dos negócios mencionados. O simples nome de um proprietário ou a morada de um negócio poderiam ser suficientes para avivar a memória de outros utilizadores e motivar a partilha de informações acerca destes espaços.

A validade de um projecto desta natureza não se

estabeleceria apenas na partilha de informação, mas igualmente em torno da discussão e aprofundamento da mesma e, como tal, um contribuidor do MEVI não necessitaria de apresentar unicamente informação estruturada; como referido, a própria criação de pontos de partida para novos contextos e discussões tornar-se-ia uma vertente muito relevante da iniciativa. Especulemos que o hipotético utilizador Carlos Xavier não possui apenas documentação relativa ao avô (ou outros familiares); caracterizemo-lo antes como um interessado pela história local setubalense, um colecionador de memórias da cidade e seus habitantes. Possuidor de um arquivo de imagens de acentuado interesse histórico e não disponível em qualquer outro contexto, este utilizador poderia digitalizar e partilhar as imagens, incorporando-as no catálogo fotográfico do MEVI. Aí, além de organizadas por categoria, tema, sujeito (etc), as mesmas estariam abertas a comentário e partilha de informação. Especulemos que uma das imagens carregadas para o catálogo fotográfico do MEVI pelo utilizador fosse um retrato de Regina Livério; o proprietário da imagem, Carlos Xavier, não possuía informação acerca desta personalidade além do facto de Regina Livério ter sido esposa de Joaquim José Livério, irmão de Manuel Livério, o qual desempenhou funções como Presidente da Câmara de Setúbal. Com o retrato de Regina Livério no catálogo fotográfico do MEVI, outros utilizadores com mais dados sobre esta personalidade ou sobre a família Livério em geral poderiam partilhar essa informação numa secção de comentários associada à imagem; talvez membros da própria família tivessem interesse em pedir uma reprodução da imagem, acrescentando assim ao espólio familiar.

Neste tipo de cenário, o material partilhado no MEVI poderia, inclusive, não ser associado a nenhuma informação conhecida, tornando-se a plataforma num ponto de partida para a construção de conhecimento acerca do mesmo. Imaginemos que Carlos Xavier possui igualmente uma fotografia de grupo tirada num casamento em Setúbal na década de 30 do séc. XX; o proprietário da foto desconhece por completo as personalidades capturadas na imagem; contudo, outros utilizadores do MEVI poderiam reconhecer um ou mais dos fotografados, partilhando essa informação com Carlos Xavier.

Mas é claro, a história patente no MEVI seria primeiramente emanada do testemunho pessoal e, nesse aspecto, a possibilidade de elementos a registar e destacar é praticamente infinita. Devido à falta de fontes escritas para muitos aspectos do quotidiano, aspectos que frequentemente não nos ocorre registar por serem, à data, factos adquiridos e simplesmente parte do dia-a-dia, um grande volume de informação fica limitado às memórias pessoais. Este ponto é particularmente comum, por exemplo, na descrição do quotidiano bairrista. Como se processava a vida social de um determinado bairro? Que casas de comércio local lá se encontravam estabelecidas e quem eram os seus proprietários? Existiam figuras “típicas” desse bairro? Se sim, quem eram, qual o seu percurso de vida conhecido? Onde se reuniam e passavam o seu tempo as faixas etárias mais envelhecidas? E as mais jovens? Ocorreram acontecimentos de relevo que tenham sido abordados apenas superficialmente na imprensa local? Em que difere a disposição do espaço nas décadas de 50, 60, 70, 80...da actualidade?

Este é apenas um ângulo passível de exploração numa partilha de memória no MEVI; outros tópicos populares passariam certamente pelas indústrias de relevo da cidade, acontecimentos sociais (celebrações nos santos populares, procissões, bailes campestres, feiras, eventos em locais de lazer como o Casino Setubalense, etc...), época balnear em Tróia entre variadíssimas outras temáticas.

Além do “arquivo” e do “catálogo fotográfico”, a terceira dimensão mais relevante da plataforma MEVI seria, possivelmente, o “fórum”. Nesse domínio, qualquer utilizador da plataforma poderia apelar à partilha de informação, mesmo que se tratassem de tópicos ainda não presentes no *website*. Para propósitos de interesse pessoal ou investigação académica, a abertura de um fórum subdividido por temáticas ajudaria profundamente à manutenção do influxo de dados para a plataforma e, simultaneamente, relevância da mesma. Um estudante que procurasse, por exemplo, dados para uma dissertação relativa à indústria conserveira Setubalense poderia colocar um *post* no fórum com o apelo à partilha de experiências na primeira pessoa por parte de antigos trabalhadores do sector; um estudioso da história local com interesse particular em vultos de

relevo da comunidade médica poderia apelar à partilha de informação por parte de familiares dessas mesmas personalidades.

As possibilidades são vastíssimas e, quanto maior a dimensão do projecto, quantos mais participantes, mais relevante o mesmo se tornaria. Como referido, o conceito não é novo, mas a aplicação deste em grande escala ainda carece de ser tornada realidade. Tal poderia (e deveria) acontecer em Setúbal, uma cidade repleta de história e de contadores de histórias que, de momento, são unicamente ouvidas em contextos privados ou círculos manifestamente diminutos. A preservação da memória individual dos setubalenses é, paralelamente, a preservação da memória social colectiva de uma cidade; uma memória ligada a hábitos, personalidades e espaços comuns que, com o tempo, transcendem a simples vivência do dia-a-dia para se transformarem em marcos históricos. Como refere Bittencourt:

“A questão da memória impõe-se por ser base da identidade, e é pela memória que se chega à história local. Além da memória das pessoas, escrita ou recuperada pela oralidade, existem os “lugares da memória”, expressos por monumentos, praças, edifícios públicos ou privados, mas preservados como património histórico. Os vestígios do passado de todo e qualquer lugar, de pessoas e de coisas, de paisagens naturais ou construídas tornam-se objeto de estudo.” (Bittencourt, 2004, p. 169).

A estas observações aliam-se as de Márcia Gonçalves, o qual articula igualmente a noção do “local” com um conceito mais amplo de sociabilidade. O autor refere acerca deste ponto que:

“O local pode ser associado a uma aldeia, a uma cidade, a um bairro, a uma instituição (...) e, como escolha por vezes recorrente, a um espaço político-administrativo, como distritos, freguesias, paróquias, municipalidades. A despeito das variações, como destaca Alain Bourdin, o local é um lugar de sociabilidades marcado pela proximidade e pela contiguidade das relações entre os sujeitos que as estabelecem e talvez, por isso, seu uso, entre sociólogos, em muito tenha sido articulado ao conceito de comunidade.” (Gonçalves, 2007, p. 177).

Contudo, não será polémico referir que a utilização de relatos que partem estritamente de memórias abre a porta a uma série de questões a considerar, questões que se prendem com a acuidade e factualidade das informações partilhadas. É igualmente nesta perspectiva que se torna evidente a necessidade, sempre que possível, de uma revisão crítica dos dados submetidos de modo a garantir o mais elevado grau possível de veracidade na informação disponibilizada. Será então oportuno associar a esta perspectiva uma ponderação da importância das parcerias num projecto como o MEVI. Mas centremos a nossa atenção, primeiramente, na questão da memória e possíveis limitações desta.

Mesmo que o intuito de um utilizador da plataforma não passasse de modo algum pelo campo da desinformação intencional, de modo absolutamente involuntário um relato que se apresenta como claro e vivo na memória de alguém pode não ser completo ou sequer factual. Como nos aponta Pierre Nora:

“A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e repentinas revitalizações.” (Nora, 1993, p. 9).

Samuel (1989, p. 239) refere, oportunamente, que “O relato vivo do passado deve ser tratado com respeito, mas também com crítica”; naturalmente, num campo tão variado e quase sempre com acentuadas lacunas de conhecimento como é o caso da história local, uma observação crítica da informação não será sempre possível de imediato. Como temos vindo a apontar, um dos principais objectivos da iniciativa seria precisamente o de lançar pedras basilares em diversas temáticas ainda não (ou apenas superficialmente) abordadas. No entanto, a própria natureza de uma plataforma como o MEVI define-se como conduta para facilitar este processo; a sua abertura a contributos e a discussão permitida e fomentada perante os mesmos é prevista com o intuito de um simultâneo aprofundamento e verificação das memórias pessoais partilhadas.

No entanto, este processo não poderia ser confiado apenas a uma dinâmica natural entre utilizadores. Uma

supervisão informada tornar-se-ia indispensável numa iniciativa desta natureza e o estabelecimento de uma estrutura organizacional simples mas activa seria da maior importância para a plataforma MEVI.

Neste aspecto, o projecto deveria contar com a supervisão geral de uma entidade com o mesmo propósito – em traços gerais – de um conselho editorial; esta, composta por representantes de entidades com parceria estabelecida com o projecto MEVI, assim como com historiadores locais de renome, encontrar-se-ia encarregada das grandes linhas orientadoras do projecto, assim como da revisão secundária de conteúdos, podendo articular com os mesmos a inclusão de nova informação para comprovar ou se necessário corrigir os relatos apresentados pelos utilizadores. Num segundo nível deparar-nos-íamos com o(a) gestor(a) de projecto; figura de proa da iniciativa, caberia ao(a) gestor(a) do MEVI não só a promoção da iniciativa e revisão primária da informação, mas também a implementação da visão expressa pelo conselho editorial, acumulando igualmente funções semelhantes às de um COO (*chief operating officer*). Um terceiro nível do projecto seria constituído pelos colaboradores de natureza diversa, os quais se encontrariam estabelecidos como responsáveis pela produção de conteúdos, investigação base e dinamização de acções de sensibilização e recolha de dados.

Um projecto com a dinâmica do hipotético MEVI teria a possibilidade de acolher colaboradores de *backgrounds* bastante distintos. Desde elementos formados na área da história a voluntários e estudantes, a necessidade de uma equipa base dedicada para o sucesso de uma iniciativa desta natureza é evidente. Dos referidos, destacamos em primeiro lugar os estudantes e a possibilidade de parceria com um actor de desenvolvimento essencial na região: o Instituto Politécnico de Setúbal. Nesta instituição, enquadram-se estudantes de áreas essenciais ao projecto; devido a tal, a possibilidade da criação de um programa de estágios curriculares no MEVI constituiria uma das abordagens mais passíveis de suscitar resultados positivos para ambas as partes. Estudantes de Comunicação Social/Jornalismo (investigação, entrevistas), Animação e Intervenção Sociocultural (acções de sensibilização), Engenharia Informática (desenvolvimento da plataforma) e Marketing (promoção do projecto) poderiam

adquirir experiência “*hands on*” nos seus respectivos campos de estudo e o projecto ganharia com um influxo de colaboradores jovens prontos a implementar novas ideias e acções.

É claro que uma parceria de tal natureza não dispensaria uma equipa sénior/base para a manutenção contínua da iniciativa. Além do mais, seria necessário delinear estratégias para a angariação de relatos junto de grupos/comunidades ou indivíduos sem à vontade no uso das novas tecnologias ou acesso às mesmas. A recolha de informação em contexto de entrevista permitiria igualmente explorar mais eficientemente detalhes que, em relatos submetidos individualmente pelos utilizadores da plataforma MEVI, poderiam ficar-se por informações meramente superficiais. É claro que, naturalmente, nessas instâncias e verificando-se interesse em informação adicional, a equipa sénior do projecto ou seus colaboradores poderiam sempre contactar o utilizador e solicitar uma assistência adicional à contextualização das informações prestadas.

Na vertente da angariação de relatos por parte da equipa do projecto, o contexto de grupo poderia vir a tornar-se, igualmente, um campo especialmente prolífero de informações. Nesta dimensão, será conveniente introduzir primeiramente algumas considerações acerca do papel das parcerias que o projecto MEVI poderia e deveria estabelecer com diversas instituições setubalenses. Uma ligação forte com a UNISETI, por exemplo, teria o potencial de se definir como profundamente benéfica. Uma estruturação em moldes académicos dos objectivos do projecto apresentada aos estudantes, a desconstrução do processo de elaboração de histórias de vida e a discussão em aula/grupo de eventos, vivências e lugares não só iria fomentar a visibilidade – e consequentemente, crescimento – do MEVI, mas poderia igualmente providenciar uma estável e contínua fonte de adições ao arquivo da iniciativa.

Também as instituições direccionadas para a terceira idade, nomeadamente centros de dia/centros sociais poderiam constituir-se como potenciais fontes relevantes de relatos e informação. Parcerias com estas instituições e subsequentes eventos de sensibilização acerca do projecto, assim como sessões de discussão e recolha de testemunhos não beneficiariam apenas o

MEVI e os propósitos da plataforma, mas igualmente as instituições e respectivos utentes. Os moldes de recolha de informação não necessitariam de ser rígidos e formais; poderiam adoptar uma atitude dinâmica, enquadrando-se até num formato que tocasse o da animação social. Hervi (2011, cit. em Botas, 2016, p. 30) refere que “a importância da animação na terceira idade facilita a sua inserção na sociedade e a sua participação na vida social permitindo-lhes desempenhar um papel, inclusive reativar papéis sociais”; este seria, com certeza, um bónus bastante relevante ao propósito central da iniciativa MEVI.

No entanto, nem só as instituições com vocação para a terceira idade seriam passíveis de merecer a atenção do projecto; a faixa etária oposta também poderia desempenhar um papel relevante para a iniciativa. As escolas (preparatórias e liceus, essencialmente) detêm a possibilidade de se constituírem como parceiros activos num projecto desta natureza através de dois eixos essenciais: introdução dos jovens à noção de relevância da história local e divulgação do projecto através de trabalhos escolares associados ao mesmo. Acerca do primeiro ponto, Bittencourt refere-nos que:

“(…) o ensino de História deve efetivamente superar a abordagem informativa, conteudista, tradicional, desinteressante e não significativa – para professores e alunos – e que uma das possibilidades para esta superação é sua problematização a partir do que está próximo, do que é familiar e natural aos alunos.” (Bittencourt, 2004, p. 121)

Recordemos, a título de exemplo, o trabalho muito interessante levado a cabo em parte por estudantes do 9º ano de escolaridade e que resultou na obra “Quando a Tróia era do Povo” (2009). O interesse passível de ser suscitado em jovens estudantes por temáticas relativas à história local não deve ser subestimado ou deixado por explorar. No que diz respeito ao segundo ponto, a linha da divulgação também goza da possibilidade de se definir como de considerável relevo, pois temáticas discutidas em contexto escolar podem suscitar assistência familiar, o que contribui para a divulgação e acréscimo de interesse no projecto. Imaginemos que, através de uma parceria com um estabelecimento de ensino, a equipa do MEVI lança um desafio aos estudantes para

a criação de um pequeno trabalho acerca de casas de comércio tradicional na baixa de Setúbal. No processo, um familiar de um dos estudantes surge como proprietário de uma dessas mesmas casas de comércio; nesta situação, não só esse elemento tomaria conhecimento da iniciativa MEVI, podendo voluntariar as suas experiências na plataforma *online*, mas tornar-se-ia igualmente conhecido e contextualizado pela equipa do projecto, a qual o poderia contactar para uma entrevista mais estruturada e aprofundada, podendo igualmente o(a) entrevistado(a) ajudar a desenvolver a página da casa de comércio em questão na plataforma MEVI.

Este tipo de instituições (casas de comércio tradicional) poderiam aliás ser parceiros profundamente interessantes para o projecto, não só porque deteriam a possibilidade de ajudar a elaborar as suas próprias páginas na plataforma, mas porque ajudariam igualmente à divulgação da iniciativa levando a, uma vez mais, um incremento das participações individuais na mesma. Além de antigas instituições comerciais setubalenses, também empresas seriam alvo de interesse no campo das parcerias; seguindo os mesmos propósitos anteriormente explicitados, às parcerias com empresas estaria igualmente aliada a possibilidade de apoios e patrocínios. Imaginemos, a título de exemplo, uma página na plataforma MEVI dedicada à SAPEC, com o contributo da empresa tanto em termos de partilha de informação (abertura do arquivo histórico) como de assistência à recolha de testemunhos de correntes e antigos trabalhadores. A estas dimensões, poderia facilmente ser aliada uma participação contributiva sob a bandeira da responsabilidade social; aliás, existiria a possibilidade de se alicerçarem campanhas publicitárias na parceria das empresas com o MEVI, as quais poderiam ser expressas através de anúncios patentes, por exemplo, na página inicial do *site*.

Parcerias desta natureza não viriam a dispensar, naturalmente, ligações a outros parceiros chave como a Câmara Municipal de Setúbal, Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal e variadíssimas associações setubalenses nos campos da cultura e da assistência.

Iniciativa ambiciosa mas com o sucesso ancorado precisamente na capacidade de adquirir uma dimensão extensa, o projecto MEVI – Memória Viva Setúbal – constituir-se-ia como um elemento chave no estudo futuro da história local, providenciado um arquivo inigualável de relatos em primeira pessoa e informações indisponíveis em quaisquer outras fontes. Depositário da memória social colectiva setubalense através de um entrelaçado de testemunhos pessoais e expressões de heranças familiares e institucionais, a plataforma MEVI seria a primeira tentativa em grande escala de assegurar a preservação de um património colectivo local, o qual é perdido ao mesmo ritmo que a cidade perde os seus cidadãos mais antigos. Um projecto nestes moldes colocaria Setúbal na vanguarda da luta pela preservação da história local, simultaneamente honrando a sua população, valorizando/preservando o seu percurso histórico e constituindo um exemplo para que outros municípios, nas mais variadas regiões do país, pudessem vir a adoptar iniciativas semelhantes no futuro. O desafio é considerável, mas também o são as recompensas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Artières, P. (1998) – Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos: arquivos pessoais*, 11 (21), p. 9-34.
- Bittencourt, C. (2004) – *Ensino de História: Fundamentos e Métodos*. São Paulo: Cortez, 408 pp.
- Botas, D. (2016) – *Contributo das Atividades de Animação Sociocultural nos Idosos em Serviço de Apoio Domiciliário*. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria, 77 pp.
- Gonçalves, M. (2007) – História Local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In A. Monteiro (coord.), *Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 208 pp.
- Nora, P. (1993) – Entre memória e História. A problemática dos lugares. *Projeto História*, 10, p. 7-28.
- Samuel, R. (1989) – História local e história oral. *Revista Brasileira de História*, 9 (19), p. 219-242.